

O Apagamento do Povo de Dentro: O Povo em Arte no Político e na Imprensa¹

Thomas FALCONI²
Giovanna Benedetto FLORES³
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC

RESUMO

O real precisa ser ficcionado para poder ser pensado, como aponta Rancière (2005). A arte na contemporaneidade, de acordo com Garramuño (2014), circula em múltiplos espaços e tempos, sem começo, fim ou suporte específico. É, portanto, inespecífica. A existência de um “comum” partilhado, mas ao mesmo tempo exclusivo, define a partilha do sensível proposta por Rancière (2005). Quem ousar ficcionar o real, questionar o visível, dizível, colocar em discussão a partilha do sensível já estabilizada, na arte, fará política. Se o político pode utilizar a arte para se manifestar, a resistência policial pode tentar levar os corpos de volta para seus lugares e determinadas tarefas. A linguagem é determinante para que esse processo ocorra, e esses movimentos podem ser observados na instituição imprensa. Jornais nomeiam, produzem explicações e criam uma ilusão de fatos com causas e consequências, como se outros sentidos não fossem possíveis, como lembra Mariani (1998). A autora chama de efeito de eficácia da imprensa sobre o político, ao questionar a neutralidade dos veículos jornalísticos e perceber que a imprensa pode “[...] lançar direções de sentidos a partir do relato de determinado fato [...]” (MARIANI, 1998, p. 59). Essas direções de sentido não são quaisquer umas, mas, como Orlandi (2019) pontua, determinadas pelo político, em suas várias significações, como divisão necessária de sujeitos e sentidos. O político está na arte, na imprensa e em qualquer formação social, e a linguagem é, pelo simbólico, o lugar de significação desse político. Tanto Orlandi (2019) quanto Rancière (1996) apontam para a necessidade de se voltar para o discurso, materialidade da ideologia e constituído na linguagem, para compreender a divisão do político em uma determinação sócio-histórica: “O político aí se significa por relações simbolizadas de poder que se organizam em termos de significação, pelas relações entre formações discursivas. Não separamos o político das formações ideológicas” (ORLANDI, 2019, p. 26). E os

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 16 a 18 de junho de 2022.

² Mestrando Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Unisul, email: thomas.falconi@gmail.com.

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Unisul, email: gbflores@gmail.com.

confrontos entre diferentes formações discursivas têm consequências para a relação entre polícia e política nos termos definidos por Rancière. Pensando discursivamente na relação entre político e política, Orlandi (2019) entende que a política é a “arte de falar pelos outros”, porém, ressalta que é impossível que se fale do lugar de outro. No entanto, como aponta Mariani (1998), cabe à instituição imprensa a tentativa de cristalização dos sentidos de acordo com uma memória de normalidade, inclusive ao falar como se fosse o outro. O objetivo deste ensaio é compreender como os sentidos de “pichação” deslizam na imprensa, através da tensão entre o político e a ordem policial. Para isso, foram mobilizadas as noções de arte inespecífica (GARRAMUÑO, 2014) e de partilha do sensível (RANCIÈRE, 2005), bem como a de discurso político, conforme proposto pela Análise de Discurso franco-brasileira a partir de Orlandi (2019) e Pêcheux (2015), em relação ao apagamento da obra *Povo de Dentro*, do artista Douglas Leoni, das paredes da Fundação Cultural de Brusque-SC, em setembro de 2021. Leoni se define, em seu perfil no Instagram como “Ator. Palhaço. Professor de artes. Artista visual - criador do @povodedentro. Poeta nas horas vagas”. Há, nessa definição, múltiplos trabalhos e possibilidades de fazeres. Um professor, trabalhador, profissão. Um ator, também trabalhador, mas artista. Há o poeta, o palhaço. Rancière (2005), diz que uma sociedade bem-organizada é aquela onde cada um faz apenas uma só coisa. Leoni, ao ser múltiplo, desestabiliza a partilha do sensível que Rancière (2005) afirma só ser possível pela impossibilidade de se fazer outra coisa além daquela “naturalmente” determinada. O *Povo de Dentro* começou em rascunhos de cadernos. Depois, virou livro e chegou às paredes ao ar livre de moradores que permitiram à Leoni a ocupação de seus muros pelas figuras em duas dimensões construídas em traços com formas que fazem referência a seres humanos. O *Povo de Dentro* tem o movimento de lugares, subjetividades e emoções que Garramuño (2014) coloca para definir a inespecificidade das artes contemporâneas. Leoni foi contemplado, em 2020, com recursos da Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural com a proposta de levar os desenhos do *Povo de Dentro* para paredes de instituições como escolas, unidades de saúde, além do prédio da Fundação Cultural de Brusque (FCB). Rancière (2005) afirma que uma superfície é uma forma de partilha do sensível. Leoni, por sua vez, com recursos públicos, pôde transformar as superfícies das paredes da FCB e dos outros prédios selecionados em superfícies que, ao invés de formarem, questionam a partilha já estabilizada. Em 19 de

fevereiro, Leoni pintava o muro de uma escola quando sofreu uma abordagem policial. No portal do jornal *O Município*, lemos a seguinte sequência discursiva: SD1 - “[...] Na visão do oficial [da PM], ‘desenho artístico pode confundir com pichação’. Por isso, justifica que a abordagem aconteceu porque os policiais entenderam que ele poderia estar ‘pichando’ a parede da escola. ‘pelo contexto resolveram abordar’. O comandante diz que assim que souberam que a pintura foi permitida, a guarnição deixou o local [...]”. Os policiais deixaram o local quando souberam que a pintura “tinha autorização”, sem mais consequências. Os sentidos de “pichar” foram danificados, confrontados entre diferentes formações discursivas, quando Leoni foi colocado pela polícia em um lugar que, sob a ordem policial, não lhe cabe. Na madrugada de 25 de setembro, o *Povo de Dentro* da FCB foi apagado por uma pintura verde, em um tom diferente do adotado anteriormente pela Fundação para sua parede. A FCB emitiu uma “nota de esclarecimento” citada em reportagem de *O Município*: SD2 - “De acordo com a nota, assinada pela diretora-geral Zane Marcos, seria iniciado um processo investigatório administrativo. O objetivo era apurar se houve qualquer irregularidade neste ato”. Não há, na nota original, menção à arte apagada. A Fundação nomeia o apagamento como “pintura de uma de suas paredes” e, conforme reproduzido pelo jornal na SD2, diz que apenas irá “investigar administrativamente” para “apurar qualquer irregularidade” que talvez tenha ocorrido. Apagar uma arte por si só não é uma irregularidade, portanto. Há uma inscrição da FCB na ordem policial, replicada pelo veículo jornalístico, que tenta não permitir que o dano causado ganhe opacidade. Pêcheux (2015) diz que, em espaços discursivos semanticamente estabilizados, “normais”, há uma proibição de interpretação. Policiais podem abordar alguém que desenha em um muro, “pichando-o”, irregularmente até que se prove o contrário, mas o apagamento de uma arte não pode ser considerado “irregular” enquanto não se “investiga administrativamente”. Como aponta Mariani (1998), coube à instituição imprensa a tentativa de cristalização dos sentidos de acordo com uma memória de normalidade. Dez dias depois, a Secretaria de Obras afirmou que partiu dela a ação de pintar o muro, por conta de obras hidráulicas feitas na parede e que deixaram marcas de cimento em algumas das pessoas ficcionadas. Em *O Município*, encontra-se a SD em que o jornal publica parte da resposta do secretário de obras: SD3 - “[...]‘Afirmo, veementemente, que não houve qualquer motivação política, ideológica, de intolerância ou censura. Foi uma necessidade de reforma do ambiente.

Todas as ações estão amparadas pela legislação’, garantiu”. Para solucionar poucas marcas de cimento em uma das margens laterais não desenhadas da parede, a Secretaria optou pelo apagamento de todo o *Povo de Dentro*. O “garantiu” na SD3 deixa escapar a inscrição do discurso jornalístico no discurso jurídico, conforme relação constitutiva que Mariani (1998) demonstra, afinal, está “garantido” que todas as ações relativas ao apagamento estão “amparadas pela legislação”, e isso é suficiente. Há, porém, o dano. Rancière (1996, p. 36) afirma que “[...] a multiplicidade dos seres falantes anônimos chamada povo prejudica toda a distribuição ordenada dos corpos em comunidade”, e prossegue: “Mas inversamente ‘povo’ é o nome [...] desse dano imemorial e sempre atual pelo qual a ordem social se simboliza rejeitando a maioria dos seres falantes para a noite do silêncio [...]”. A tentativa de levar o *Povo de Dentro* para “a noite do silêncio”, apesar de não ser questionada pela instituição imprensa a partir de sua formação ideológica, não apaga o dano, já causado, que Rancière aponta. O Estado, em certa medida, se viu na posição-sujeito “pichador” ao violar a superfície da parede que continha o *Povo de Dentro*. Os discursos dessa comunidade ficcionada rearranjam materialmente a realidade. O apagamento do *Povo de Dentro* se deu na tensão entre o político e o policial, a política, por um todo que insiste em aparecer dividido, já partilhado. Artístico e político são partes, por vezes as mesmas partes, deste todo. Os veículos jornalísticos, na ilusão da neutralidade, tomam o já-dividido como todo. A imprensa, em meio à arte e às pichações, se mantém na sua formação ideológica constituída sob o discurso jurídico, sem se reencontrar na deriva dos sentidos danificados, não apagados pela tinta verde da ordem policial. O *Povo de Dentro*, como arte inespecífica, conseguiu intervir na estabilidade de um Estado que sofreu um dano material, não assimilado pela imprensa, e que tentou em vão se recuperar. O tom de verde da parede da FCB não conseguiu voltar a ser o mesmo de antes, assim como o *Povo de Dentro* continua vivo na infinitude do dano que causou.

PALAVRAS-CHAVE: Povo de Dentro; Partilha do Sensível; Análise do Discurso; Estudos de Jornalismo.

REFERÊNCIAS

GARRAMUÑO, Florencia. **Frutos estranhos**: Sobre a inespecificidade na estética contemporânea. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.



MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Política e silêncio na América Latina: quando se fala pelo outro. *In*: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans; SOBRINHO, Helson Flávio da Silva (org). **Silêncio, memória, resistência**: a política e o político no discurso. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 19-39.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: Estética e política. São Paulo: EXO experimental, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: Política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.